



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP — 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; PFL — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT — 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PTB — 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Tralano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; PSDB — 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; PT — 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; PL — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** — 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. •) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 17.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1994

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, e Rossoni (32). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Toti Colaço e Valderi Mendes Vilela (21). Em licença o Senhor Deputado Colombino Grassano. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO N° 215/94

Curitiba, 17 de março de 1994.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir a essa augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à douta apreciação o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a adaptação de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de função gratificada dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário,

rio, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regidos pela C.L.T., à Medida Provisória n° 434 de 27 de fevereiro de 1994 que instituiu a Unidade Real de Valor (URV), a partir de 1º de março de 1994.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. a segurança do meu profundo respeito.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) Des. RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Converte, conforme especifica, a partir de 1º de março de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 1º de março de 1994, conforme Tabelas anexas à presente Lei, garantindo-se as seguintes disposições:

I - dividindo-se o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I da Medida Provisória n° 434/94; e

II - extraíndo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.

Art. 2º - Os valores resultantes do contido no artigo anterior, ficam acrescidos de 12,09% (doze vírgula nove por cento).

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam, a partir de 1º de março de 1994, convertidos em URV, na forma dos incisos I e II, do artigo 1º e artigo 2º, desta Lei.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em 0,75 URV (zero vírgula setenta e cinco unidade real de valor).

Art. 5º - Os valores da Gratificação de Produtividade ficam, a partir de 1º de março de 1994, convertidos em URV, na forma dos incisos I e II, do artigo 1º e artigo 2º, desta Lei.

Art. 6º - O abono concedido pela Lei nº 10.465, de 08/10/93, aos ocupantes dos cargos efetivos de níveis 08, 09, 10, 11 e 12, fica fixado em 9,54 URV (nove vírgula cinquenta e quatro unidades reais de va-

lor).

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA I
CARGOS EFETIVOS

NIVEL	URV
1	184,13
2	167,39
3	152,17
4	146,32
5	133,02
6	124,31
7	120,51
8	75,73
9	68,63
10	61,53
11	54,43
12	47,33

08 ***

TABELA II
ASSESSORES JURÍDICOS
CARGOS EFETIVOS

CLASSE	URV
I	242,83
II	228,44
III	213,68

TABELA III
SERVENTIA DA JUSTIÇA (Lei nº 10.237/92)

NIVEL	URV
1	252,75
2	237,59
3	222,42
4	207,26
5	192,10
6	185,66
7	172,77
8	125,65
9	113,87
10	102,09
11	77,77
12	73,10
13	68,44

T A B E L A I V
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NIVEL	URV
1	249,68
2	226,97
3	206,32
4	187,56
5	170,51
6	142,10
7	118,42
8	100,97
9	87,80
10	76,35
11	72,71
12	69,25

TABELA V
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE ALÇADA

NIVEL	URV
1	187,39
2	178,46
3	169,97
4	161,87
5	154,17
6	148,20
7	139,05
8	129,59
9	126,38
10	114,89
11	104,45

A N E X O I I

T A B E L A I
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO	URV
DAS-1	317,37
DAS-2	280,11
DAS-3	261,06
DAS-4	223,23
DAS-5	204,16

T A B E L A II
CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLO	URV
1-C	131,75
2-C	121,68
3-C	112,32
4-C	103,75
5-C	97,53
6-C	91,67

T A B E L A III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SIMBOLO	URV
1-F	8,00
2-F	6,79
3-F	5,99
4-F	4,81
5-F	4,39

OFÍCIO N° 031/94

Senhor Presidente.

Valho-me da oportunidade, para comunicar a V. Exa., que a partir do próximo dia 14 do corrente, de acordo com os entendimentos dos Deputados componentes do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, passará a responder pela Liderança da Bancada o Deputado Heinz Georg Herwig, conforme sistema de rodízio estabelecido entre seus componentes.

Colhemos do ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e subida consideração.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) ALCEU SWAROWSKI

OFÍCIO N° 1363/94

Senhor Presidente.

Objetiva o presente comunicar V. Exa. e aos nobres Parlamentares que estarei ausente das Sessões Legislativas entre os dias 14 a 17 do corrente, para tratamento de saúde.

Ao ensejo apresento meus protestos de

consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) DALTON MACHUCA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa. justificativas, no sentido sejam abonadas suas faltas nos dias 21 e 22 do corrente, nas sessões plenárias, motivado por convites para solenidade em municípios de sua região, acompanhando comitiva do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-

nário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 058/94, Mensagem nº 014/94, item 20 (vinte), constante na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 058/94, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, LUIZ CARLOS MARTINS, NAMIR PIACENTINI, ROSSONI, EMILIA BELINATI, PAULO MAIA, VALDERI MENDES VILELA, ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA, OVIDIO CONSTANTINO e MÁRIO BEZERRA.

REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Maria de Lourdes Garcia da Silva, ocorrido no dia 5 de março do corrente ano, na Cidade de Castro - PR.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 5 de março de 1994, faleceu a Senhora Maria de Lourdes Garcia da Silva, seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado

na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Urso, ocorrido no dia 6 de março do corrente ano, na Cidade de Castro - PR.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 6 de março de 1994, faleceu o Senhor Miguel Urso. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Frederico Kugler Júnior, ocorrido no dia 10 de março do corrente ano, na Cidade de Castro - PR.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 10 de março de 1994, faleceu o Senhor Frederico Kugler Júnior. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do jovem Rodrigo Cesar B. Mestre, ocorrido no dia 8 de março do corrente ano, na Cidade de Castro - PR.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 8 de março de 1994, faleceu o jovem Rodrigo Cesar B. Mestre. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a inser-

ção em Ata, para que conste dos Anais desta Assembléia Legislativa, de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Felix Bertaglia, ocorrido no dia 13 de janeiro deste ano, na Cidade de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 17.03.94.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Cruz do Monte Castelo, no nordeste paranaense, pranteia o desaparecimento do pioneiro Pedro Felix Bertaglia, aos 83 anos de idade.

Agricultor e fabricante de móveis, Pedro Bertaglia sempre teve destacada participação na vida comunitária. Dono de enorme grandeza de espírito, sempre externou vontade de ser útil à gente montecastelense que teve a ventura de recebê-lo como seu concidadão ainda nos idos de 1957.

Corajoso e decidido, demonstrava coerência política e fidelidade irrestrita aos princípios democráticos que nortearam sua conduta partidária.

Foi um dos fundadores do MDB e do PMDB, que chegou a dirigir, terminando seus dias como seu presidente de honra.

Sua casa, nos anos de repressão, foi transformada em quartel de resistência.

Que, da decisão, se dê ciência à família enlutada por intermédio do filho e companheiro Wilson Bertaglia, ao Senhor Blaudeci Tenório Sobral, Prefeito do Município, e ao Professor José dos Prazeres Pedro, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Santa Cruz do Monte Castelo.

REQUERIMENTO N° 454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Jobim, Relator da Comissão Revisora Constitucional, no sentido de rever sua posição quanto a diminuição do número de Vereadores e a extinção de seus subsídios.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao conviver com o povo, o vereador participa mais amiúde com os problemas da cidade na área urbana, nos bairros e vilas, seja nos distritos e povoados. Assim sendo, o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos, mais constantes.

O Legislativo Municipal constituído pelo conjunto de vereadores é o órgão onde repercute a vontade soberana do povo; onde o vereador luta pelos elevados interesses dos cidadãos.

Devemos reconhecer que estes legítimos servidores merecem os maiores encômios,

não apenas de nossa parte, como parlamentar e, também representantes populares, mas de toda a sociedade, pois o vereador é o elo primeiro da transmissão da vontade popular, exercendo o mandato de base por delegação dos eleitores titulares da soberania. É ele que se encontra mais atento, próximo dos problemas comunitários e das mais legítimas reivindicações populares.

Dentre as três classes de parlamentares, a que mais se expõe aos espinhos da atividade é a dos parlamentares municipais, os vereadores, que não dispõem dos meios executivos para oferecer a solução pronta e eficaz como seria do seu agrado e mais ainda, do desejo e esperança do cidadão que a ele se socorre.

Por esta razão, apelamos com bastante veemência ao Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Jobim, no sentido de rever sua posição quanto a redução do número de vereadores e a extinção de seus subsídios por entendermos ser de inteira justiça.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito sobre a transferência dos lotes rurais n°s 144 e 153 do 13° Perímetro, localizados no Município de Quatro Pontes para o Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Os argumentos que encabeçam o abaixo-assinado formalizado pelos moradores dos lotes rurais nele enumerados, constituem sobejo e indiscutível respaldo à proposta em pauta.

Os moradores do 13° perímetro num evidente exercício de cidadania demonstram sensatez e praticidade ao pleitearem o retorno à circunscrição territorial do seu município de origem Marechal Cândido Rondon.

Em resumo, pretendem a continuidade da vizinhança com o Distrito de Novo Três Passos, o mais próximo aglomerado urbano onde se localizam escolas, igrejas, estabelecimentos comerciais e onde dispõem das estruturas de lazer e práticas esportivas.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N° 074/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a PROVOPAR - Ação Social de Teixeira Soares, com sede e foro no Município de Teixeiras Soares, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual já dispõe de diploma legal na esfera municipal pela Lei nº 869, e visa principalmente o atendimento de crianças carentes, idosos e deficientes, sendo seu atendimento de elevada importância social. Para que a entidade possa dispor de todo o auxílio necessário, requer-se a aprovação da presente matéria, que certamente será propiciada pelos Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 075/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Lidianópolis-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 17.03.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Lidianópolis, inscrita no C.G.C. sob nº 95.680.880/0001-09, com registro no Cartório de Registros e Documentos de Lidianópolis, tendo sua sede no referido Município, é uma entidade com finalidade filantrópica, tendo desenvolvido um trabalho em atendimento conforme o relatório de atividades anexo ao presente.

De acordo com o Artigo 28, dos Estatutos Sociais, os cargos resultantes da eleição, bem como os executivos da Associação, não serão remunerados.

Analisando o trabalho da entidade, achamos jus o seu reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 076/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Filadélfia, com sede e foro na Cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Curitiba, quinta, em 17.03.94

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente da Instituição, Pastor Samuel Rodrigues Moreira, formulada através do expediente datado de 15 de junho de 1993, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade, a frente da presidência daquela instituição, o que endossa, sem dúvida, o pedido de declaração de Utilidade Pública da Fundação Filadélfia.

Desta forma, encaminha-se então, o respectivo Projeto de Lei.

A Instituição em apreço, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se portanto, numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida pela Entidade.

Face as características e posturas referidas, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública da Instituição em referência, uma vez que a mesma, atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que trata sobre normas para declaração de Utilidade Pública, de entidades sem fins lucrativos.

PROJETO DE LEI Nº 077/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a ceder em doação o veículo Kombi passageiro/89, placa TT 8641, de propriedade da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social-SETA, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, de Engenheiro Beltrão-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, cedeu em comodato o veículo Kombi ano 89, placa TT 8641, para a APAE, Engenheiro Beltrão, tendo suprido em parte o atendimento as necessidades da Entidade.

Ocorre que, com o veículo cedido em comodato, fica a Entidade insegura quanto a investimentos necessários à manutenção e conservação do veículo, não tendo certeza de permanência do mesmo.

O presente Projeto, visa assegurar à Entidade a segurança necessária quanto a investigação, responsabilidade, cuidado, conservação e uso adequado do veículo.

PROJETO DE LEI N° 078/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o "Movimento para Libertação de Vidas - MOLIVI", com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Os documentos juntados ao presente Plano de Lei atendem plenamente as exigências legais estabelecidas para o processamento do reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da entidade Movimento para Libertação de Vidas-MOLIVI.

Fundada aos 24 dias de abril de 1986, o Movimento para Libertação de Vidas, de Cascavel, desde então vem cumprindo as finalidades que motivaram sua criação e que são delineadas em seus Estatutos, entre estes, especialmente, as tarefas de solidariedade humana e de conscientização da juventude quanto aos cuidados da saúde física e espiritual.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, na última segunda-feira aqui esteve reunido o Conselho Parlamentar do Sul. Os Senhores Deputados representados pelos Presidentes das Casas maiores de Leis desses Estados aqui demonstraram naquela reunião que efetivamente os Senhores Deputados Estaduais do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, é só se unindo que nós iremos nessa revisão constitucional fazer prevalecer com que em solo Pátrio as atenções do Governo Central dessa República não se centralizem na maioria dos atendimentos à parte norte do Brasil. As representações políticas desses quatro Estados, que tem um contingente na Câmara alta desse País bem representativo, e que tem na presença do Senado da República os mais valorosos e combatentes Senadores daquela instituição maior deste País, verificamos que só há uma maneira: a maneira nordestina, porque lá no Nordeste quando se agrupam todos os Partidos, independentemente de vontade de tra-

zer a si o benefício a ser alcançado, o Nordeste, num bloco só, consegue arrancar do maior, um dos maiores recursos, seja ele da esfera do Ministério dos Transportes, da Agricultura, do Ministério da Saúde, do Ministério do Interior, Ministério de Habitação, recebe o Nordeste do País, por dados mostrados naquela reunião de segunda-feira, realmente 2/3 de tudo aquilo que o Brasil arrecada e destina aos Estados Federativos.

Senhores Deputados, para a felicidade desta Casa cedeu ao cargo de Presidente do Conselho Parlamentar do Sul o Ilustre Presidente Orlando Pessuti, que de perto fez com que nós todos que ali comparecemos sentísse da vontade que ele tem realmente de levar agora nesses últimos dias, num País que realmente quase ninguém mais acredita no Governo instituído dessa República, aonde os homens altos dessa Nação parece que realmente estão brincando com toda a população brasileira, essa revisão constitucional, pasmem Senhores Deputados, tem só trinta e dois dias úteis para fazer valer a vontade de toda a Nação brasileira que quer a revisão tributária, que quer a revisão eleitoral, que quer a revisão em todos os setores administrativos dessa Nação. E ontem, precisamente ontem, nós já antevíamos naquela reunião de segunda-feira do Conselho Parlamentar do Sul, ontem quando era instituído o dia contra a violência, o dia pelo qual fosse respeitado os direitos humanos em solo Pátrio, aonde assentados estavam as mais altas autoridades, inclusive o Presidente da República, Itamar Franco, parece que num passe de mágica o que eles falavam ia na esquina de Brasília, ou de um quadrante de Brasília; no outro lado a política descia o cassete nos estudantes que lá foram reclamar de direito de fato, a esta Nação a vergonha que está querendo ser praticada nessa revisão constitucional, além das caras mesquinhas nas universidades particulares, além de um ensino de 1° grau paupérrimo nesta Nação. Pasmem, Senhores Deputados, grande parcela dos Senhores Deputados Federais levaram ao nosso revisor, ao homem que nos representa e apresenta as sugestões das emendas a serem concedidas, que em solo pátrio fosse extinguido o ensino gratuito universitário, a maior vergonha, Alborghetti, desta Nação que já é um País analfabeto aonde poucos chegam ao nível superior, sejam pelas faculdades federais gratuitas ou seja pelas faculdades estaduais, no caso do nosso Paraná, de Ponta Grossa, de Londrina e de Maringá.

Os Senhores Deputados infelizmente, uma das emendas é assinada e por vergonha até falo, por um Deputado de Ponta Grossa chamado Otto Santos Cunha. Ele e outros que nem a Nação aceita uma ponderação des-

ta natureza. E inúmeros outros, Luiz Carlos, deste Paraná também subscreveram a emenda, para vergonha, dizendo que hoje o ensino superior é um ensino elitizado, aonde poucos que cursaram os cursinhos pagos é que chegam às Universidades e está elitizada as faculdades federais deste País.

Senhores Deputados, nessa reunião do Conselho foi levantada essa tese e de pronto o Senhor Presidente e o Presidente de Mato Grosso, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, fizeram uma moça repudiando para que continue o ensino gratuito a nível universitário e que os Senhores Deputados, nessa revisão constitucional do ensino do Brasil que reforcem o primeiro e segundo grau, como nós em nosso tempo de estudante, aluno que fomos de um Grupo Escolar Júlio Teodorico, de um Colégio Estadual chamado Regente Feijó, chegamos a Universidade, cursamos e nos formamos oriundos do ensino público gratuito. Se hoje o ensino não está à altura daqueles cursinhos e de escolas particulares, o Governo é responsável, é ele inoperante, é ele inerte, até no Estado do Paraná, porque vejam, quando os senhores professores lá estiveram reclamando um direito de fato e de razão que é o seu salário foram trancafiados dentro do Palácio Iguazu. Foi necessário o nosso Líder Paulo Maia, o Deputado Pudell, do PT, e mais a nossa pessoa e alguns outros Senhores Parlamentares, que lá comparecemos para retirar os professores do Palácio Iguazu. Quem estava dentro não saía e quem estava fora não podia entrar para reclamar os seus direitos. Esse é o Paraná. Essa é a educação do Brasil todo. E agora esses Senhores Deputados fazem mais uma querendo acabar com o ensino público gratuito.

E por falar em funcionários, não só do Estado do Paraná, mas deste Poder. Veio a Mensagem de aumento e eu a li ontem e verificamos que realmente o Governo maior deste Estado não cumpriu a palavra que ele teria dito. E eu acredito que ainda nesta Casa, por benevolência da Mesa Diretora, na pessoa do Pessuti, na pessoa do Manfredato e na pessoa do Anibal, haverá de dar um reforço aos senhores servidores desta Casa. Aqui ainda há um meio para nós reforçarmos o minguado e parco orçamento dos senhores funcionários deste Poder. Mas lá fora, nas outras partes administrativas deste Paraná, o aumento que foi dado é realmente um aumento irrisório, insignificante, que não condiz com aquilo que realmente havia sido prometido.

Tinha esperança o funcionalismo. E veio do Palácio Iguazu que em janeiro daria um aumento, em fevereiro daria outro como deu, mas agora em março daria um aumento substancial para fazer com que aque-

las perdas e principalmente aquela defasagem existente fosse ela realmente compensada e não o foi.

Por isso, neste instante, Senhor Presidente em exercício, Hermas Brandão, solicito à Mesa Diretora que olhe com carinho os funcionários desta Casa, estenda a sua mão amiga que sempre deu ao funcionários e que pelo menos neste Poder nós possamos dar ao Paraná o exemplo que aqui, realmente, valorizamos aqueles que nos ajudam a ser Deputados, aqueles que nos ajudam a sustentar esta Casa com os seus trabalhos - muitos deles, não tendo dinheiro nem para o almoço e nem para a condução para vir para o serviço. Por isso, Srs. Deputados, nós aqui estamos para dizer ao Paraná todo que não foi cumprida a palavra empenhada, que faltou, realmente, aquilo que nós acreditávamos: que fosse na saída do atual Governador - o qual respeitamos como pessoa, mas não comungamos, como político - porque não cumpriu aquilo que havia sido prometido!

Foi proposto um estudo da viabilidade da revisão tributária. A concentração de recursos no governo central dessa república é, realmente, uma vergonha a todos nós legisladores que somos aqui no Paraná. Não é o Estado tão somente, é a Nação que através de um cem cruzeiros vindo de impostos, quando chega no domicílio nosso, não chega mais do que trinta cruzeiros.

Foi mostrado que, realmente, a administração pública deva ser descentralizada para que possamos reforçar os municípios brasileiros. E teve a palavra de Pessuti que agora é o Presidente do COPASUL, fazer com que seja também revisado. E uma coisa que nós não temos vergonha nem medo, uma coisa que é a vergonha desta Nação, que é realmente a classe política, parte dela, aonde municípios com 5 mil eleitores tem nove vereadores. Aonde municípios de 50 mil eleitores ou habitantes tem nove vereadores. Mas não é só o número de vereadores e não é os vereadores serem pagos, a vergonha desta Nação está no Congresso Nacional.

Enquanto nós do Sul temos uma representação de São Paulo para cá, nós temos a presença de um senador que precisa dois, três milhões de votos para ter a sua presença no Parlamento, a sua voz e o seu voto. Lá no Nordeste tem senador de 15, 16, 17 mil votos que têm muito menos voto do que Deputados assentados neste Parlamento, principalmente o Alborghetti e o Carlos Simões que se no Nordeste fossem teriam eles 4, 3, 2 mandatos de senador.

Deputados federais que com 2, 3 mil votos têm o mesmo direito de voto de nós do Sul. Um desequilíbrio aonde o Norte, com a maioria ou com quase a totalidade do Senado e do Congresso carregam todas as

atenções ao Norte do País.

Nós não somos divisionistas. Nós queremos a unidade do Brasil, mas não aceitamos o atual estado de coisas que existe na atividade política a nível maior nesse solo pátrio. E o Pessuti se encarregou juntamente com todo o Conselho Parlamentar do Sul a levar a Brasília aquilo que nós queremos: uma revisão constitucional na representação política daquele colegiado maior de toda a Nação brasileira.

Tivemos também a satisfação nesse Conselho de discutir a prioridade da estrada do Mercosul, hoje, ligando São Paulo a Buenos Aires e verificamos que, unanimemente, até São Paulo deseja que nos tiremos daqui da capital e da área litorânea e loquemos para o interior do Estado, saindo por Itararé e fazendo aquele eixo de integração de mercadoria e, principalmente, pela necessidade do nosso Estado de ter esse corredor de exportação e esse corredor de comercialização. Verificamos também, na reunião do Conselho, que não é tão somente mercadoria que o Merconsul vai fazer. E aqui em Curitiba - a CNBB, reunindo todos os bispos deste Brasil, fez com que nós, políticos, nos alertássemos que deveríamos nesse Mercosul, também cuidar da parte religiosa, da religiosidade dos nossos irmãos, do Paraguai, do Uruguai e principalmente, da Argentina, fez com que a CNBB nos animasse de que nós políticos devemos cuidar dos costumes, da integração dos povos, que sejam respeitadas as suas origens e sejam devolvidas não só o sentido mercantilista e o monetário ao Mercosul mas o sentido principalmente de nacionalidade e respeito a cada um dos países co-irmãos. Por isso Senhores Deputados, tenho a certeza que agora o Pessuti na Presidência deste Conselho, como tivemos os outros Presidentes, haveremos de dar continuidade aos anseios do Paraná e aos anseios do sul do Brasil.

Voltando ao segundo assunto...

O Sr. Dr. Rosinha - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte e eu queria reforçar a posição que V.Exa. vem defendendo na questão do ensino público principalmente. Hoje nós sabemos que um dos grandes males do nosso País é o analfabetismo: 90 milhões de brasileiros são analfabetos ou semi-analfabetos, ou seja, não conseguem interpretar o texto, ao lê-lo. Portanto, na revisão constitucional querer ainda cobrar o pouco que temos da universidade pública, ou seja, 25% das vagas somente hoje no País, isso é um absurdo. É que realmente está lá não a serviço da classe trabalhadora, mas está lá a serviço das escolas privadas e do setor privado da

área da educação. Então também somos pela defesa do ensino público e de boa qualidade.

Ontem não consegui fazer aparte quando o Deputado Paulo Maia falava.

A questão da Petrobrás, é só quem está contra o País, quem não deseja um estado desenvolvido, é quem pode querer entregar para as multinacionais esse tipo de empresa. A gente diz multinacional, porque nenhum empresário nacional terá condição de ser sócio-majoritário de qualquer uma dessas empresas. Veja a Argentina, recentemente no jornal "A Nação", Menen dizendo que as multinacionais tinham traído ele, porque o preço do petróleo é muito caro, ainda mais caro na América Latina e que esse acordo não existia quando ele privatizou a estatal de petróleo. Mas está muito claro; colocar para o setor privado uma parte energética é um absurdo. Energia significa desenvolvimento. O Estado tem que planejar o desenvolvimento energético e o desenvolvimento econômico. Entregar na mão de uma multinacional, o objetivo dela é a lucratividade e não o desenvolvimento de um estado, principalmente se não é um estado cheio de dólar, porque não interessa desenvolver um estado no qual ela só foi buscar lucro. Nós também defendemos que continuem estatal a Petrobrás, a Telebrás, o ensino público de boa qualidade e a área de saúde que também é responsabilidade do estado.

Obrigado.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Agradeço o aparte do Deputado Rosinha e queria dizer a esta Casa que o ex-prefeito da Cidade de Ponta Grossa, juntamente com o revendedor General Motors daquela cidade, estão em contato com a direção daquele grande organismo nacional da Auto Latina...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Seu tempo está esgotado.

Daria um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Eu queria nesse minuto, dizer que o Paraná precisa se associar à Prefeitura de Ponta Grossa, para que não possamos perder, como perdemos a Kaiser que foi debitada única e exclusivamente para o governo do Estado do Paraná a responsabilidade e agora estou alertando através de um requerimento à Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná, ao Senhor Governador, futuro governador que vai tomar posse no dia 2, para que ofereça as mesmas condições que a Bahia ofereceu à Kaiser, ofereça à General Motors, para que nós não percamos aquela montadora que irá se assentar lá em Ponta Grossa, trazendo mais divisas, oferecendo mais de três mil

empregos e somente o Paraná, através da mão maior do seu Governador, através da sua Secretaria, poderá se igualar com os outros estados da Federação que também estão na concorrência para ganhar aquela grande empresa, aquele adendo da General Motors do Brasil. Eu tenho a certeza, Srs. Deputados que se a Kaiser nós perdemos foi por um fator político, e agora não podemos perder a Chevrolet, porque aí sim nós teríamos, nesta oportunidade de dizer que quem está assentado ou que vai se assentar como Governador não olha o Paraná com carinho e não tem o respeito para com as comunidades do interior.

Finalizando, Sr. Presidente, Vila Velha vence o contrato em maio, estamos solicitando ao Sr. Governador que renove o contrato de Vila Velha da administração de Ponta Grossa. Uma das coisas que coloca no meu Requerimento que o Governo faça um artigo nesse Contrato, se a Prefeitura de Ponta Grossa quiser para terceiros a exploração, que o Governo do Estado retome a administração.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário do Pequeno Expediente, ainda, concedo a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE -

DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, eu quero registrar que os Deputados Ovídio e Ernani da nossa Bancada não estão presentes porque neste mesmo horário estão em audiência com a Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu discutindo a questão dos ilhéus que até hoje não receberam a indenização das suas terras alagadas pela ocasião da construção do lago. Então a ausência deles no Plenário é porque estão a serviço desse Parlamento em uma audiência em Foz do Iguaçu.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de começarmos nossa explanação gostaríamos de parabenizar o Porto de Paranaguá por mais um aniversário, e principalmente aos portuários, aqueles que vestem e que suam a camisa pelo seu porto, e não aqueles que apenas revestem seus bolsos através do Porto de Paranaguá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é hora de começarmos a debater, novamente o Projeto de quebra de sigilo bancário aqui nesta Casa, principalmente quando Secretários do Governador Roberto Requião se acusam de ladrões e loucos. O Secretário Romanelli com o Secretário Especial José Domingos Scarpeline estão proporcionando ao

Paraná verdadeira lama do que é o Governo Roberto Requião. Estão se acusando através de todos os canais de imprensa, de roubo, de corrupção, de riqueza ilícita. Srs. Deputados, esta Casa tem obrigação de legislar e principalmente de fiscalizar, e eu espero que a bancada governista, seus aliados, votem os requerimentos que a Oposição pede para esclarecimentos do Governo sobre todas as falcaturas que são acusadas por membros do próprio PMDB do Estado do Paraná.

Srs. Deputados, o Deputado João Preis acusou o Secretário da Ação Social de corrupção, nada foi feito. O Deputado Mário Bezerra veio aqui e pediu que se fizesse esclarecimentos sobre compras de helicópteros acusando-se alguns Secretário do Governo Roberto Requião e nada aconteceu. Será que somos coniventes? Ou será que nós somos mandados?

Srs. Deputados, acontece que a lama impera no Governo Roberto Requião acusada pelo próprio PMDB. Pelo próprio Partido Progressista, através do Deputado João Preis, que já acusou o também Deputado Durval Amaral de falcaturas em sua secretaria. O Deputado Moacir Favetti envolvido até os fios de cabelo com a desordem que é a segurança no Estado do Paraná.

Não fosse isso, no dia do aniversário do Porto de Paranaguá o seu superintendente, Mário Lobo, diz, através dos jornais, que vai recorrer à justiça contra a decisão do Tribunal de Contas que manda o Sr. Superintendente devolver dinheiro ao Tesouro do Estado por irregularidades no Porto de Paranaguá.

Aqui nesta ele, simplesmente, mandou pagar uma ação trabalhista ao Sr. Waldir Pugliesi, o mesmo que o Deputado Colombino Grassano dizia, há dois anos atrás, que não trabalhava, aparecia às quartas-feiras, eu digo mais, aparecia às quartas e ia embora às quintas-feiras ao meio-dia da Cidade de Paranaguá. Três milhões, trezentos e noventa e nove, setecentos e dezoito cruzeiros e cinquenta centavos em 92 para um diretor comissionado do Porto de Paranaguá.

Infeliz é o povo que tem um governo que cobra impostos, aumenta impostos e mete na mão de pessoas que não prestam, que são ladronas e pessoas que não têm dignidades, ditas pelos próprios membros do PMDB do Estado do Paraná.

Srs. Deputados, digo mais, na sessão da semana passada do Tribunal de Contas, as contas do Porto de Paranaguá foram reprovadas por unanimidade. Cabe, agora, ao superintendente o seu recurso, mas o que vai ser feito?

Será que esta Casa, mais uma vez, vai usar panos quentes para encobrir as falcaturas do Governo Requião, ditas pelos pró-

prios membros do PMDB do Governo Requião. Não somos nós que estamos acusando e, sim, o PMDB do Paraná que está acusando o PMDB de ladrão neste Estado.

Srs. Deputados, vamos lavar a cara, vamos mostrar ao Paraná que aqui não acontece o que acontece em Brasília, como bem disse o Deputado Zuk. Nós não temos a obrigação de levar em nossas costas a culpa de dementes, de pessoas que se dizem ladronas do dinheiro público do povo do Paraná.

Srs. Deputados, é com vergonha que esta Assembléia, se não fizer alguma coisa, será tratada pela população do Paraná. Eu espero que, realmente, a Assembléia mostre para o Brasil que este é o Brasil que dá certo. Dá certo como? Se eles se chamam de ladrões.

Srs. Deputados, vergonha na cara eu acho que a maioria ou a totalidade dos Deputados da Assembléia Legislativa tem. A Assembléia é honrada. Eu espero que o Líder do Governo, Deputado Renato Adur, uma pessoa trabalhadora, um Deputado íntegro, chegue e aprove os requerimentos que o Paraná quer saber.

Governador Roberto Requião, o Senhor é muito bom de escrita, muita bom de oratória, mas muito mau de mostrar se, realmente, é honesto ou não. Por isso do meu projeto de quebra de sigilo bancário, porque agora nós poderíamos estar vendo se o Senhor Romanelli ou se Senhor Scarpeline é honesto, mas, segundo o que nós vemos em toda imprensa do Paraná, ambos, um chama o outro de louco e os dois se chamam de ladrões.

Concedo um aparte ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Eu agradeço o aparte.

É uma análise interessante que Vossa Excelência fez e dá para fazê-la com bastante facilidade, o único problema é que a gente pode incorrer em falhas e não citar todos os casos de irregularidades que ocorreram; foram tantos que temos que sentar um dia antes para pensar no pronunciamento e fazer uma lista buscando nos artigos.

A Polícia Militar do Paraná. Presidimos uma CPI com relatório que pede a apuração de fatos, pede que se aprove este relatório, envie para o Ministério Público e que prove irregularidade do comando da Polícia Militar.

A Ouvidoria depois ainda descobre mais 2 ou 3 casos esdrúxulos de irregularidades da Polícia Militar e até agora não se faz absolutamente nada. Mas a melhor coisa para se dizer é justamente essa, "esta Casa tem que se mexer". Não pode continuar impedindo a aprovação de pedido de informa-

ção e não pode continuar impedindo a instalação de CPIs. Há cinco CPIs que foram instaladas, o tempo já se acabou e os Presidentes das CPIs não se mexem para fazê-las funcionar, até porque algumas não têm capacidade, como por exemplo de Dividas da Petrobrás e mexer em outras questões que cabem ao Governo Federal.

Esta Assembléia não pode permanecer como poder subserviente, não pela vontade de todos, mas alguns têm imposto esta vontade a esse Parlamento e no entanto nós nos sentimos amarrados, atrelados quando queremos fiscalizar as questões.

Agora era o momento de se chamar Romanelli e se chamar Scarpeline como Secretários e que venham a esta Casa dar explicações, porque na imprensa cada um está acusando o outro de ladrão e diz que é capaz de provar.

Então a esse Parlamento cabe convidá-los para aqui virem se explicar no mesmo dia, os dois, se não vierem neste Plenário que venham numa das comissões e principalmente na de Fiscalização que é lá que cabe esse tipo de explicação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Srs. Deputados, o mais estranho de tudo isso, é que o Governador Roberto Requião assiste a isso impune, por que Governador? Por que o senhor como mandatário máximo deste Estado não toma uma providência? Por que o senhor não afasta esses secretários? Por que o senhor não toma uma atitude de governador? Será que essas pessoas sabem muito do seu passado?

Essa é uma pergunta que não sou eu quem faz, mas a população do Paraná a faz.

Srs. Deputados, ao encerrar, no aniversário do Porto de Paranaguá, vamos dar um presente ao Porto de Paranaguá, vamos instalar uma CPI do Porto de Paranaguá.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao horário das Lideranças.

Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dois dias a imprensa nacional e local, escrita ou pela mídia eletrônica tem colocado e combatido constantemente a proposta do Programa de Governo do PT e muitos o fazem equivocadamente, outros propositalmente, distorcendo.

Eu queria esclarecer principalmente o que se vem falando nos últimos dois dias nos meios de comunicação, lendo algumas de nossas propostas colocadas para a socieda-

de para que ela discuta, uma vez que está ocorrendo interpretação incorreta; assim esperamos e não que seja proposita.

No que diz respeito a questão das mulheres, principalmente e vem sendo debatido equivocadamente, informando incorretamente a população, eu quero levantar alguns pontos no que diz respeito a área de saúde.

- Consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Programa este já elaborado há muitos anos e engavetado no Ministério da Saúde e que deve ser executado, quando um candidato se propõe executá-lo, entende-se que seja um programa integral ao atendimento da mulher.

- Priorizar a saúde da mulher junto aos estados e municípios, com destaque para um programa emergencial que através da contratação e capacitação de profissionais de saúde e do aumento dos equipamentos de serviços (postos, hospitais, ambulatórios, laboratórios), acabe com a mortalidade materna ou a reduza a índices mínimos através da assistência pré-natal, parto e puerpério, diminuindo o número de cesárias. O Brasil é um dos Países que mais faz cesárias no mundo, o Brasil é um dos Países que tem a maior mortalidade materna que é a morte de mulher no período da gravidez e no período logo após o parto. E são várias as consequências, faz desde abortos clandestinos até o péssimo atendimento ao parto. Garanta o acesso de todas as mulheres a métodos anticoncepcionais seguros com acompanhamento médico; assegure campanhas e programas de prevenção do câncer de mama e cérvico; regulamente o atendimento do aborto em condições seguras através do serviço público.

Srs. Deputados, a nossa legislação permite a realização de aborto em nosso País. Muitos hospitais públicos, ou conveniados, negam-se a fazer o que está estabelecido na lei. Hoje o código penal de 1916 estabelece como crime, e a proposta é que retire-o do campo do crime. E quando se vai discutir o direito individual não devemos misturar o direito coletivo, há necessidade de um programa de atendimento à saúde da mulher coletivamente, mas a mulher individualmente é responsável pelo seu corpo e pode decidir o que ela deseja para o seu corpo. E o sistema de saúde é obrigado, tem o dever de atender a mulher no seu desejo. É lógico, se esse desejo for um absurdo, cabe ao Sistema de Saúde persuadi-la desse absurdo. Mas se é um desejo que para ela reflete diretamente na sua condição de saúde, entendendo saúde de como tudo o que envolve, desde a questão salarial, até a questão de saneamento e de

habitação, até a questão econômica, cabe ao Poder Público, individualmente, atender essa cidadã.

Outro polêmico que tem sido colocado diz respeito a discriminação e orientação sexual. Cada homem tem o direito de fazer a sua opção sexual, cada mulher também tem esse direito. Portanto, cabe a um Governo respeitar esse direito individual desse cidadão e dessa cidadã, fazendo com que as leis sejam cumpridas. Propõe-se para discussão no Partido dos Trabalhadores: 1 - Iniciativas de modificações das leis penais, trabalhistas e outras, tipificando o delito de discriminação por orientação sexual e garantindo a plena igualdade de oportunidade; 2 - Medidas policiais de proteção a homossexuais e investigação rigorosa dos crimes contra eles cometidos; 3 - Iniciativas de modificações legais garantindo os direitos dos casais homossexuais no que diz respeito ao contrato de união civil, previdência social, partilha de bens e herança.

Hoje há uma situação em nosso País, milhares de casais homossexuais fizeram a opção de viverem, e de morarem e de ter vida em comum; e no entanto a legislação arcaica e ultrapassada tira desses cidadãos os direitos de opção que fizeram individualmente de escolha de vida e de escolha de orientação sexual. Ao Estado, que é dinâmico, cabe regulamentar e não mandar para a fogueira como fazia o catolicismo na Idade Média, cabe ao Estado dentro da dinâmica social avançar as suas propostas legais, e não usar o Estado como aparelho repressor como pretende alguns setores da sociedade. Por isso, o PT propõe esse debate e essa discussão hoje no seio da sociedade, porque se faz necessário, faz-se para transformar um País. Não se muda um País somente economicamente. É necessário colocar fim ao preconceito e o fim ao preconceito pressupõe debate, pressupõe direitos individuais respeitados, desde que esses direitos não firam a coletividade e nenhum desses direitos que o PT está propondo por debater fere qualquer interesse coletivo da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças.

PL, PMDB, PSDB, PFL, PP - (Todos Declinaram)

Encerrado o Horário do Expediente, Passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 215/94, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe

sobre a adaptação de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de função gratificada dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regidos pela C.L.T., à Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro do corrente ano, que instituiu a Unidade Real de Valor (URV), a partir de março de 1994. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1363/94, subscrito pelo Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 14, 15, 16 e 17 do corrente mês, em função de tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa.**

Ofício nº 031/94, subscrito pelo Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 14 do corrente mês, o Senhor Deputado Heinz Herwig, passará a responder pela liderança da Bancada do PSDB. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, justificando sejam abonadas suas faltas nas Sessões Plenárias dos dias 21 e 22 do corrente mês, em virtude de viagem aos municípios de sua região para solenidades, acompanhando comitiva do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução, de autoria do senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 058/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Prejudicado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 062/93, que cria o Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 13, de 10.03.93).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 597/93, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme especifica. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 140, de 07.10.93).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 641/93, que assegura aos ocupantes de cargo em Comissão, não servidores de cargo de carreira técnica ou profissional, da administração direta e autarquias, o direito à contagem recíproca para fins de aposentadoria conforme especifica. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 155, de 08.11.93).

ITEM 04

1.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 044/93, de autoria do Deputado Neivo Beiraldin, que estabelece normas sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.E.M.A.. **Aprovado.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 044/93, e a formação de Comissão Especial composta pelas seguintes instituições: IAP, IBAMA, ALEP e Ministério Público, para discutirem o assunto sob o ponto de vista jurídico ambiental. **Retirado pelo autor.**

ITEM 05

1.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 350/93, de autoria do Deputado João Preis, que denomina a Cidade de Apucarana de "Capital do Boné do Paraná". Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.A.I.C.. (Publ. no D.A. nº 101, de 29.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 350/93

AUTOR: DEPUTADO JOÃO PREIS

P A R E C E R:

Trata-se de proposição do nobre Deputado João Preis, que visa denominar a Cidade de Apucarana de "Capital do Boné do Paraná".

Proposições dessa natureza têm sido sistematicamente vetadas pelo Poder Execu-

tivo (Leis 47/93 e 85/93) sob o pressuposto "de serem contrárias ao interesse público".

No âmbito dessa Comissão, essa análise não se faz, razão porque nenhum óbice existe a prejudicar o projeto quanto ao seu aspecto constitucional e regimental.

Nosso parecer é favorável a sua discussão em Plenário.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 350/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, por esta Comissão Técnica, de autoria do nobre Deputado João Preis, tem por finalidade denominar a Cidade de Apucarana de "Capital do Boné do Paraná".

No aspecto constitucional e legal, a proposta foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favoravelmente à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão, entendemos que tal iniciativa pretende impulsionar vários setores da indústria e do comércio nacional e internacional e, conseqüentemente, o enriquecimento do nosso Estado.

Neste sentido, somos pelo parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Esse item 5 da pauta: "Discussão do Projeto de Lei nº 350/93, denomina a Cidade de Apucarana de "Capital do Boné do Paraná".

Nós, do Partido dos Trabalhadores, achamos que esta Assembléia poderia debater projetos mais interessantes que estão engavetados, projetos mais importantes que estão há mais de dois anos tramitando neste Parlamento e no entanto não vêm para a Ordem do Dia.

Então, é um projeto - no nosso entender - inócuo. Não muda absolutamente nada da questão social, econômica do nosso Estado.

Então, na nossa opinião é inconcebível esse tipo de projeto e votamos contrários a ele.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua em votação. Aprovado, com voto contrário do Deputado Rosinha.

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Ouro Verde, com sede e foro no município de São José dos Pinhais - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 147, de 25.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 547/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei nº 547/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Jardim Ouro Verde, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 08.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 7

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo ceder em doação veículo à Casa de Misericórdia de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 105, de 05.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 687/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei nº 687/93, na oportunidade sendo analisado por este relator, autoriza o Poder Executivo ceder em doação o veículo Caravan Ambulância, ano 1989, placa BY-7378, de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, cedido em comodato à Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Como resultado de análise proferida, nada foi encontrado que pudesse apor obstáculos a normal tramitação do referido plano de lei, e mais o seu caráter meramente autorizatório, levam este relator a emitir o seu parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 687/93

P A R E C E R:

O referido projeto que autoriza ceder em doação um veículo Caravan Ambulância/89 de propriedade do Instituto de Saúde do

Paraná-ISEP, à Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, temos a fazer as seguintes considerações:

- a carência de recursos públicos na área de saúde são evidentes. As Regionais de Saúde, sob responsabilidade do Estado, deixa às vezes de atender a população da Região por falta de ambulância, além das Prefeituras, inclusive Curitiba;

- os hospitais, ditos "filantrópicos", cobram atendimento realizado, atendem particularmente, portanto têm fins lucrativos.

Nesse sentido nosso parecer é contrário. Primeiro temos que investir na rede pública, em todas as áreas, curativa e preventiva.

"A saúde é direito de todos e dever do Estado".

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra e Srs. Deputados.

Tínhamos, até recentemente, funcionando ilegalmente, o Conselho Estadual de Saúde, que é a instância em que deve ser debatida toda a política de saúde e a necessidade que vai desde recursos humanos, até a necessidade de material.

Se é um Conselho coerente, com propostas na área de saúde, de defesa da saúde da população, esse também é um tipo de projeto que não tem necessidade de ser aprovado. O município elabora o seu programa de Governo, remete à Secretaria da Saúde, é analisado pela Assessoria Técnica de Administração e pelo Conselho; e a partir daí recomenda-se ou não doação de veículos, repasse de funcionários, materiais, etc.

O Conselho não está funcionando e o Governo faz questão que funcione, porque para ele democracia é muito ruim. Então nós poderíamos e há sobre a mesa um requerimento solicitando que o Secretário de Saúde venha até esta Casa dar algumas explicações, explicações essas que são impostas pela Lei Federal de 27 de julho de 93, Lei nº 8.689, a Lei de extinção do INAMPS. E, enquanto isso, tirar da Ordem do Dia esse tipo de Projeto. Porque discutindo o com o Sr. Secretário vai se verificar a necessidade ou não de um ato do próprio Poder Executivo, após a definição de necessidade por fazer o repasse necessário aos municípios do Paraná.

Por isso entendemos que é um Projeto que não deve também ser aprovado por esta Casa. Com voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o Projeto. Aprovado, com voto contrário do PT.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais, com sede no município de Pinhais e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 05, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 018/94

P A R E C E R:

De autoria do Depuado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 018/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais, com foro em Curitiba.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar de Idosos São Vicente de Paulo, no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 05, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 019/94

P A R E C E R:

O plano de lei em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública, o Lar dos Idosos "São Vicente de Paulo" no Município de Pato Branco - Paraná.

Os documentos acostados comprovam que o Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III, IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 021/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Ação Comunitária, Santana, com sede e foro no Município de Sapopema. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ.no D.A. n° 05, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 021/94

P A R E C E R:

O presente projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Severino Félix Pessoa tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Ação Comunitária Santana, com sede e foro no Município de Sapopema.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei número 6994, de 10.01.78, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

ITEM 11

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 023/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASPRECES - Associação de Esposas dos Prefeitos da Região Centro Sul do Paraná, com sede e foro no Município de Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ.no D.A. n° 05, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 023/94

P A R E C E R:

Trata-se de proposição "que visa declarar a Utilidade Pública Estadual a ASPRECES - Associação de Esposas dos Prefeitos da Região Centro Sul do Paraná, com sede e foro no Município de Irati".

A referida entidade preenche as normas legais estabelecidas na Lei n° 6994, de 10.01.78, razão porque inexistente óbice de natureza regimental, legal e constitucional para seu encaminhamento.

Somos de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

ITEM 12

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 024/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Com sede e foro no Município de Chopinzinho/PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 05, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 024/94

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Chopinzinho, neste Estado.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

ITEM 13

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 026/94, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Andirá, com sede e foro na Cidade Andirá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 05, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 026/94

P A R E C E R:

A proposição em questão, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Andirá".

Sob aspectos da competência desta Comissão, não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria nesta Casa, pelo que merece parecer favorável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 08.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 14

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 028/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que modifica o Art. 1° da Lei n° 8389. (Utilidade Pública) Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 05, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 028/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Renato Adur, o Projeto de Lei n° 028/94, tem por finalidade modificar o Art. 1°, da Lei n° 8.389/86, que altera a denominação da Associação dos Agentes de Segurança do Esta-

do do Paraná para ASSOCIAÇÃO DOS INVESTIGADORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ.

Da análise do referido projeto, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 15

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 031/94, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quatro Barras. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. n° de 06, de 22.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 031/94

Autor: Dep. Cleiton Kielse Crisóstomo

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, o presente projeto objetiva declarar de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quatro Barras, com sede naquele município.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator.

IDEM 16

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 036/94, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar da Divina Providência de Guaraci, com sede e foro no Município de Guaraci. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 07, de 23.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 036/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Eurides Moura, o Projeto de Lei n° 036/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Lar da Divina Providência de Guaraci, com sede e foro no Município de Guaraci.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator.

ITEM 17

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 037/94, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Estrela Máxima-Creche Tia Nelma, com sede e foro na cidade de Londrina-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 07, de 23.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 037/94

Autor: Deputado Eurides Moura

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Estrela Máxima - Creche Tia Nelma, com sede e foro na cidade Londrina - Paraná.

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Beneficente Estrela Máxima - Creche Tia Nelma, com sede e foro na cidade de Londrina- Pr.

Os documentos acostados comprovam que a Associação Beneficente Estrela Máxima-Creche Tia Nelma, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados.

Cumprе a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei ° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos, I, II, III, IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 18

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/94, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Estandarte do Amor, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 06, de 22.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 041/94

P A R E C E R:

O presente projeto de Lei de n° 041/94, de autoria do Deputado João Iensen, objetiva declarar a Assistência Social estandarte do Amor, de Telêmaco Borba, como de Utilidade Pública Estadual.

A análise desta Comissão de Constituição e Justiça, verificou que constitucional, legal e regimentalmente nada foi constatado que possa impedir sua tramita-

ção regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 19

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 046/94, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz do município de Brasilândia do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA. n° 11, de 02.03.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 046/94

Autor: Deputado Nilton Barbosa

P A R E C E R:

Propôs o autor seja declarada de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz do Município de Brasilândia do Sul, conforme específica.

Após análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator.

ITEM 20

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 048/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE- de Quatiguá, mantenedora da Escola Especial São Lucas, com sede e foro na cidade de Quatiguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no DA. n° 09, de 28.02.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 048/94

Autor: Deputado Arlindo Troian

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 048/94, de autoria do nobre Deputado Arlindo Troian, objetiva declarar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Quatiguá, mantenedora da Escola Especial São Lucas, como de Utilidade Pública Estadual.

A análise desta Comissão de Constituição e Justiça, constatou que constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 21

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 058/94, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 014/94, que aprova um crédito suplementar ao orçamento geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29.12.93, no valor de CR\$ 4.020.000.000,00 (quatro bilhões e vinte milhões de cruzeiros reais), conforme anexo I, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **(Publ. no DA. n° 17, de 14.03.94-Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 58/94

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 14/94, tem por objetivo aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 4.020.000.000,00 (Quatro bilhões e vinte milhões de cruzeiros reais) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699/93 (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano).

Servirá como recurso para a cobertura do crédito, importâncias provenientes de cancelamentos de dotações da SANEPAR (800.000), do Instituto Ambiental do Paraná (800.000), da COPEL (800.000) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública (1.662.000), Anexos, II e III, alterando assim o Demonstrativo da Receita - anexos IV e V.

Chamada essa Comissão a opinar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 58/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei ter por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de Cr\$ 4.020.000.000,00, oriundo de Mensagem Governamental.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao Projeto.

Essa Comissão de Finanças concorda com tal parecer, sendo também favorável a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimen-

to de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Paulo Maia e demais Senhores Deputados, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 058/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.- **Rejeitado.**

A SRA. EMILIA BELINATI - Solicito verificação de votação.

O SR. PAULO MAIA - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa defere e solicita ao 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e sete (27) Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez para reiterar aos nossos companheiros Deputados, da presença, no sábado, do Presidente de Portugal, Dr. Mário Soares.

Estava previsto para segunda-feira, dia 21, mas o Presidente do Brasil, Dr. Itamar Franco, resolveu convidá-lo para essa segunda-feira.

Então, o nosso apelo para que os Deputados compareçam no próximo sábado, às 15 horas e os que quiserem participar do jantar oferecido ao Presidente da República, poderão solicitar o convite no Consulado de Portugal.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Mais uma vez peço a palavra, pela ordem, para conclamar aos Senhores Deputados que compareçam no Plenário. Esta foi uma semana que tivemos várias Sessões, sendo paralisadas por falta de quórum.

Quero fazer um apelo aos Senhores Deputados que compareçam a partir de segunda-feira para que possamos votar os projetos em pauta.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Gostamos, foi muito bom o apelo do Deputado Neivo Beraldin, mas gostaríamos de dizer a ele que, principalmente a Oposição está sempre presente, quem tem faltado muito é a Situação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 459, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona

Turra, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 454, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 456, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente - **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 437, 439, 440 e 441, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 044, 350, 547 e 687/93; 018, 019, 021, 023, 024, 026, 028, 031, 036, 037, 041, 046 e 048/94.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/94.

e do Projeto de Resolução nº 003/94.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de março de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nilton Barbosa, João Iensen, Toti Colaço, Carlos Simões, Ernani Pudell, Emilia Belinati, Antonio Costenaro, Oswaldo Trevisan, Arlindo Troian, Paulo Maia e Alceu Swarowski. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e não havendo expediente passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto 121/93, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 463/93 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 02) Proposição Veto 108/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 313/93 do Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 28/94 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa

- APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 25/94 do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Relator, requer diligência - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 65/92 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado João Iensen - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 03/94 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Ernani Pudell; 07) Projeto de Lei nº 430/93, do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 08) Projeto de Resolução nº 01/94 do Deputado Edson Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 46/94 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 34/94 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 40/94 do Deputado Êlio Rusch. O Deputado Relator, Toti Colaço, requer diligência - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 62/93 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 13) Proposição Veto nº 119/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 628/93, do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 14) Proposição Veto nº 10/94 do Poder Executivo que veto o Projeto de Lei nº 381/93 do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 15) Proposição Veto nº 106/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 209/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 16) Proposição Veto nº 23/94 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 324/93 do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 33/94 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 20/94 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 48/94 do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 041/94 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 21) Proposição Veto nº 112/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 444/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 22) Proposição Veto nº 17/94 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 481/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 23) Proposição Veto nº 100/93, que veta o Projeto de Lei nº 553/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 30/94 do Poder Executivo. Parecer

FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 25) Protocolo nº 1240 do TRE que solicita autorização para processar o Senhor Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Paulo Maia; 26) Proposição Veto nº 25/94 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 700/93 do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 27) Projeto de Lei 26/94 do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 32/94 do Deputado Orlando Pessuti. Concedido vistas ao Deputado Alceu Swarowski; 29) Projeto de Lei nº 37/94 do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 18/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 547/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 36/94 do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 531/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 604/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano e outros. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 727/93, de autoria do Deputado Renato Adur e outros. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 768/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/93. Relator: Deputado Êlio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim,

Cynthia Natal Tanus, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI

Presidente
Cynthia Natal Tanus
Secretária